

Discurso da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, na solenidade de transmissão de cargo*

Assumo a direção desta Pasta sob o peso de muitas e esmagadoras responsabilidades. E a maior delas será certamente a de suceder a um ministro do porte de Rubem Carlos Ludwig, essa figura impressionante de homem público cuja passagem pelo Ministério da Educação e Cultura ficou marcada em traços indelévels e inconfundíveis, diria mesmo luminosos: soube Sua Excelência impor-se junto ao mundo educacional brasileiro pela sabedoria, serenidade e firmeza invulgares com que se houve no desempenho da tarefa que em hora difícil lhe foi cometida pela Presidência da República, o que faz com que hoje se afaste do posto em que serviu excelentemente durante quase dois anos, cercado do respeito e da admiração gerais. E se é exato que o Brasil se rejubila pelo fato de lhe haverem sido confiados, no governo do país, novas e dignificantes funções, que lhe consagram, proclamando-as mais uma vez, os méritos de cidadão e de militar, é verdade também que lamenta profundamente o fim de sua permanência num setor em que vinha atuando com tamanho desembaraço e tão alto grau de segurança e eficiência, como verdadeiro especialista que se revelou no trato dos assuntos pertinentes à educação e à cultura. Anuir em sucedê-lo importa pois, de minha parte, num gesto de quase temeridade. Mas se me animo a praticá-lo, sabendo de antemão que qualquer comparação me será desfavorável, é porque me coloco, nesta emergência, também como um soldado, soldado das hostes da educação, e desde que convocada não posso recusar a participar de um combate quando ele se trava precisamente na minha área de operações. Deixar de acudir ao chamamento equivaleria, no caso, a uma deserção, e desertar é verbo que, felizmente, não fui ensinada a conjugar.

Mas o fato de haver recebido essa convocação por ser educadora, tida pelo sr. Presidente da República, benevolmente, como alguém apto a auxiliá-lo de agora em diante na condução dos negócios pertinentes à Pasta, cria-me uma dificuldade adicional: a de tentar corresponder adequadamente às expectativas, que certamente serão ao extremo ambiciosas, de quantos, envolvidos direta ou indiretamente pelo processo educativo, tenham algo a ver com a sorte da educação. Isso significa que tais expectativas serão alimentadas, em rigor, por toda a comunidade brasileira, pois inexistente o cidadão ou a instituição que, de uma forma ou de outra, não venha a ser atingido pelo tipo de educação que esteja sendo oferecido, no país, às jovens gerações, e a esse título não tenha o direito de formular, a respeito, as suas exigências, as suas pretensões.

* Brasília, MEC, 24 ago. 1982.

Finalmente, fizeram as circunstâncias que eu fosse a primeira mulher a ocupar, em nossa terra, o cargo de ministro de Estado, e houve por bem o sr. Presidente da República conduzir-me à Pasta onde mais utilizáveis parecem tornar-se, em termos de interesse coletivo, os dotes femininos, aqueles dotes intelectuais, de caráter e de sensibilidade que traduzem verdadeiras inclinações ou tropismos de alma, e que tornam toda mulher — seja ela quem for, grande dama ou humilde proletária — uma educadora. As operárias, as camponesas, as comerciárias, as funcionárias públicas, as profissionais liberais, as estudantes de todos os graus do ensino e, de maneira muito especial, as integrantes da mais forte das milícias desarmadas que é o exército das “prendas domésticas”, das valorosas donas-de-casa e mães de família, todas elas tomam parte, ainda que à distância, no ato público que ora se está realizando. Cada uma delas percebe, dado o alto simbolismo de que se reveste a cerimônia, em si mesma representativa de um grande gesto de abertura, que hoje e aqui está acontecendo algo que toca muito de perto a sorte do feminismo brasileiro, tomado este em seu sentido sadio e construtivo. E todas, com os olhos voltados para a companheira de sexo sobre cujos ombros, já não tão jovens e nem tão fortes, passarão a pesar tantas e tão graves responsabilidades, formulam votos para que ela seja feliz na condução da tarefa que lhe foi cometida e consiga demonstrar, graças a um desempenho de boa qualidade, que não teriam fundamento as antigas posições preconceituosas em relação à participação da mulher no trato dos negócios públicos.

Como se vê, razões há, e de sobra, para que eu me sinta preocupada com o descompasso, que certamente se verificará, entre o que se espera de mim e o que eu seja realmente capaz de oferecer. Mas como confiar figura entre os verbos que aprendi a conjugar desde menina, continuarei confiando, e Deus saberá o que fazer e como fazer para multiplicar-me as forças e colocá-las à altura dessas novas responsabilidades.

Verifico com alegria, sr. Ministro Rubem Ludwig, que entre o seu e o meu modo de pensar a educação e equacionar-lhe a problemática em termos nacionais existe uma notável coincidência. Apraz-me, pois, declarar-lhe que mantereí as diretrizes fundamentais de planejamento que ficou para o ano em curso, assim como a respectiva programação. Qualquer alteração que eventualmente se imponha, tendo em vista o dinamismo do processo educacional, poderá ser feita sem prejuízo da permanência daquelas linhas essenciais, que faço minhas.

Darei, como o fez Vossa Excelência, prioridade absoluta à educação de 1º grau, aí incluído o pré-escolar, este colocando-se, muitas vezes, como condição para o efetivo exercício do direito à escolarização obrigatória.

Justificando a prevalência dessa prioridade sobre as demais, tive a oportunidade de me manifestar inúmeras vezes, nunca entretanto com a firmeza com que o fiz em 1976, num pequeno livro de que destaco o seguinte trecho onde comento a significação desse direito fundamental:

“Trata-se do mais relevante de todos aqueles direitos porque constitui pré-requisito para a fruição dos demais, e o país que não tenha condições para garantir a todos, na idade correspondente à parte da infância e à pré-adolescência, seu uso e gozo, jamais será tido como realmente desenvolvido. Poderá estar realizando esforços e obtendo êxito no sentido de ampliar a escada da escolarização, assegurando a um número sempre crescente de adolescentes e de jovens a educação de 2º grau e a de grau superior. Como poderá também — numa volta ao passado visando a recuperar o tempo perdido — estar oferecendo ao maior número de adultos iletrados os benefícios tardios da alfabetização ou mesmo da educação completa de 1º grau. Tudo isso representará muito e merecerá aplausos, mas de forma alguma terá o condão de evitar o qualificativo — subdesenvolvido — que carregará enquanto não possibilitar a todos os seus habitantes, tempestivamente, aquele grau de educação.”

Mantendo o ponto de vista acima formulado, observo mais que de uma forma ou de outra será sempre graças à educação fundamental que se forjará o homem comum de amanhã, o cidadão cuja forma de ser, cuja maneira de agir e pensar, cuja capacidade de fazer, representarão as mais sólidas garantias da sobrevivência e do desenvolvimento da nação. Pois se é bem verdade que só nos graus ulteriores do ensino, máxime no de nível superior, se torna possível a formação das elites — e sem elites pensantes e dirigentes não há povo que se possa autoconduzir — é exato também que as elites pouco ou nada podem fazer se a grande massa dos cidadãos não tiver recebido aquele mínimo de educação que lhe permita compreendê-las, aceitá-las e acompanhá-las. Serão elas como moinhos a girar no vazio, a despender energia sem gerar qualquer espécie de produção.

Também como V.Ex.^a empenhar-me-ei para que a educação de 2º grau tenha reservado um “espaço” maior no âmbito das cogitações do Ministério. Mesmo porque, em rigor, o ideal seria que a linha de continuidade iniciada com os estudos fundamentais não se interrompesse, e que houvesse a possibilidade de todos, também, ingressarem na escola de 2º grau, tal qual acontece nos países desenvolvidos em que “se esboça uma tendência e, em alguns casos, surge auspiciosamente como realidade, o escalonamento do ensino em dois graus: o da escola comum e o superior”. Ninguém ignora, entretanto, que esse ideal absolutamente válido em termos filosóficos, jurídicos e políticos, é por enquanto e, certamente, será por muito

tempo ainda, irrealizável entre nós. E daí o estrangulamento que, de fato, se verifica na passagem de um para outro dos dois graus iniciais de escolarização, o que se deve a várias razões ligadas, principalmente ao nosso insuficiente desenvolvimento econômico e social.

De qualquer forma, há que reduzir as proporções desse estrangulamento, sob pena de vermos o ensino regular de 2^o grau ser tragado pelo ensino supletivo, fenômeno que infelizmente já se esboça e começa a produzir seus resultados nefastos, particularmente por suas repercussões no plano do ensino superior. No atendimento a tal prioridade encontra-se um dos maiores desafios a serem vencidos por este Ministério, e nesse particular procurará ele atuar pelas duas vias que se lhe oferecem, a assistencial e a supletiva, tal qual lhe recomendam as normas constitucionais vigentes.

Impossível num pronunciamento inicial como este detalhar a forma pela qual vejo a atuação deste Ministério no campo do ensino universitário, tão numerosas as questões que aí mereceriam destaque e exigiriam abordagem mais minuciosa: o acesso ao ensino superior, a qualidade do ensino, a estruturação da carreira do magistério, o modelo jurídico-administrativo das universidades federais, a autonomia universitária e tantas mais, todas elas aptas a despertar úteis e profundas reflexões.

Limito-me, nesta oportunidade, a fixar duas posições minhas que, aliás, nada têm de originais, mas que definem as linhas mestras de meu pensamento a respeito de assunto de tamanha complexidade: primeira, a de que, na possível criação de novas instituições de ensino superior, procuremos optar pela estruturação em moldes universitários, abandonando pouco a pouco a solução do estabelecimento isolado; segunda, a de que a reforma da universidade pelo seu lado interno, que se anuncia, seja feita dentro de uma linha pluralista em que cada instituição, no exercício de sua autonomia, escolha o modelo que melhor lhe convenha, tendo em vista, entre outros dados, aquilo que denominaríamos sua "vocação específica".

Realmente, a plurifuncionalidade do ensino superior leva-nos a concluir que, em rigor, só conviria fosse ele ministrado nas instituições estruturadas como universidades. Pois os estabelecimentos isolados, por melhor que se apresentem em termos de organização e funcionamento, são incapazes de ensejar à comunidade pensante envolvida em suas atividades o clima adequado ao desenvolvimento das ciências, das letras e das artes; de propiciar o ambiente espiritual exigido para a formação integral do homem num plano superior; de oferecer a riqueza de condições materiais e humanas requeridas para o êxito de seus programas de ensino, pesquisa e

extensão. A instituição moldada sob a forma isolada será sempre, até certo ponto, mutilada, cujo campo de visão e atuação, necessariamente restrito, nunca lhe permitirá subir àquelas culminâncias e abarcar aqueles horizontes atingidos de modo natural, pelo trabalho levado a efeito em ambiente universitário. E tanto isso é exato que um mesmo curso, seja qual for a área de conhecimento a que corresponda — e das ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, o das geociências, o das ciências humanas, o da filosofia, das letras e das artes — costuma ter maior ou menor categoria conforme seja oferecido por uma universidade ou por um estabelecimento isolado. Exceções haverá certamente, e muitas delas honrosas, a essa regra que, nem por isso, deixa de permanecer como regra geral a indicar um rumo a ser por nós perseguido.

Por outro lado, parece-me também que se deveria caminhar no sentido de uma progressiva diversificação da universidade, de tal forma que, ao fim de um processo que certamente seria longo, tivéssemos diante dos olhos não um bloco uniforme mas sim uma rica pluralidade de instituições inconfundíveis e únicas no gênero, cada uma delas obedecendo a um modelo que melhor resguardasse, entre outros traços característicos, seu tipo específico de vocação. Nada deverá ser mais diferente de uma universidade do que outra universidade, afirmam alguns, levando às suas últimas conseqüências o pensamento acima formulado. Não vou assim tão longe, mas acredito que se deva, mantida embora a coerência das linhas estruturais do sistema universitário, partir para soluções as mais diferenciadas possível, e para esse trabalho de revisão e recriação convoco desde já a própria universidade, a comunidade pensante por excelência, para cuja capacidade criadora e inovadora apelo.

Para o bom êxito da difícil missão que me foi confiada conto, como é natural, com a colaboração de quantos órgãos ou instituições operam na área da educação e da cultural, muito particularmente com a que me possa ser oferecida pelos Conselhos: o Conselho Federal de Educação, o Conselho Federal de Cultura e os Conselhos Estaduais de Educação.

Sobre os Conselhos de Educação tive a oportunidade de dizer, há não muito tempo, que ainda não dispomos de perspectiva histórica para bem apreciar a imensa obra que vêm realizando de 1961 até os nossos dias, obra que, na bela expressão de um grande ministro da Educação e Cultura, Prof. Raymundo Moniz Aragão, “transcende à momentaneidade dos governos”, “sobrepassando às influências filosóficas, às tendências políticas, às preferências técnicas, e que por isso mesmo consegue ser autêntica e duradoura”. O certo é que sem os Conselhos — órgãos colegiados e impessoais; representativos de todas as regiões do país ou de cada

unidade federada, de todos os setores educacionais, de todas as correntes de opinião; órgãos cuja continuidade não obsta a que sejam renovados periodicamente no que tange a uma parte de seus elementos componentes — sem eles de há muito ter-se-ia tornado impossível aos sistemas equacionar e resolver adequadamente os problemas ligados à educação do povo brasileiro, de tal forma a tarefa aumentou em extensão e complexidade em face dos fenômenos irreprimíveis da explosão demográfica e da ascensão das massas.

Entendo, assim, que será sobretudo pelo que venha a realizar em colaboração com os Conselhos que cada governo deixará impressa, na realidade educacional do país ou dos estados, a marca dos seus dedos. Pois os ministros e os secretários não se perpetuam nos cargos, eles passam; mas os Conselhos permanecem, guardiães e fiéis executores de um programa que, pela sua magnitude, não pode ficar adstrito à transitoriedade das administrações, à pessoalidade de seus representantes.

Como integrante que fui de dois Conselhos — o Conselho Federal de Educação e o Conselho Estadual de Educação de São Paulo — ousou presumir que essa colaboração me será dada de maneira ampla e irrestrita, o que desde já agradeço.

Não quero deixar de dirigir uma palavra especial ao magistério, em cuja carreira me acho há decênios integrada, fato, aliás, que muito me desvanece. E de fazê-lo também em direção ao alunado brasileiro de maneira geral, em particular ao de nível superior, que vem acompanhando com inusitado interesse os eventos ligados à designação de uma mulher para o Ministério da Educação e da Cultura, empenhados os estudantes universitários em saber dentro de que perspectiva os coloca a ora titular da Pasta.

A uns e outros eu poderia endereçar palavras inteiramente novas, suscetíveis, entretanto, de serem interpretadas como menos sinceras pelo fato de haverem sido forjadas ao calor dos recentes acontecimentos que me envolveram. Prefiro, assim, para sublinhar a autenticidade de minhas convicções, trazer à colação, como ponto de referência, trechos de velhos pronunciamentos meus, feitos no decorrer de cerimônias até certo ponto premonitórias da que hoje se desenrola neste auditório.

Leio, assim, no discurso de posse como secretária da Educação do estado de São Paulo, em 1971:

“Se há coisa de que me orgulho na vida, essa é a de haver percorrido, degrau por degrau, toda a áspera e sofrida carreira do magistério. E aquilo de que mais me envaideço não será, podem crê-lo, haver atingido o ápice dessa carreira no desem-

penho de minhas atividades universitárias, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mas sim tê-la iniciado por onde a iniciei, numa pequena classe de 1.^a série do Grupo Escolar de Santo Amaro, onde meninos subnutridos, de roupas remendadas e umedecidas pela garoa do planalto, tiritando de frio e muitas vezes de pés descalços, disputavam o privilégio de enfeitar com uma flor (possivelmente arrancada ao jardim da pracinha fronteira) a minha tosca mesa de trabalho.”

Leio mais na fala que deu início à minha gestão na Diretoria do Ensino Superior deste Ministério, em 1966:

“Quem não procura se aproximar da mocidade, quem não n’a compreende, não confia nela, não lhe abre as portas do coração, vendo em cada estudante um filho igual ao seu ou o filho que não teve (como é o meu caso); quem não souber aceitá-la como ela precisa ser aceita, na aparente contradição de suas virtudes e defeitos, com seu idealismo e sua falta de senso prático, seu ardor e sua negligência, sua generosidade e seu egoísmo, seu individualismo e seu espírito gregário; quem não puder ‘simpatizar’ com a juventude no sentido etimológico e mesmo filosófico da palavra, procure ser qualquer coisa na vida, menos educador. Jamais me decepcionei com os moços, e de minha parte, sempre encontrei entre eles reservas imensas de boa vontade, de entusiasmo, de desprendimento, de idealismo, que podem e devem ser aproveitadas em benefício da comunidade. E é isso precisamente o que desejam, o que reclamam: querem sentir-se úteis, querem participar desde já, como protagonistas e não como simples espectadores, da grande aventura da vida, devolvendo à sociedade, cada qual dentro de suas possibilidades quase-profissionais, um pouco do muito que já receberam.”

Essas afirmações não são de hoje vêm avalizadas pela assinatura do tempo, e não viria eu a repudiá-las numa idade em que temos a obrigação de, pelo menos, ser coerentes. Daí por que alimento a certeza de que mantereí com as duas gerações implicadas no processo educativo, a do magistério e a do alunado, as melhores relações: conheço-lhes, por havê-los sofrido por assim dizer “na carne”, os problemas em que se debatem, e saberei colocar-me em lugar de uns e de outros quando se trate de equacioná-los e de resolvê-los.

E se acaso surgirem situações em que conflitem os nossos pontos de vista, tentaremos o diálogo, que é a forma natural de se aproximarem e se comporem as criaturas dotadas de razão e animadas do espírito de boa vontade: essas encontrarão sempre um ponto de convergência no entrechoque de suas posições, evitando a radicalização, que é a grande inimiga da confraternização entre os homens.

De minha parte, ensinou-me o exercício profissional diuturno — anos de vida dedicados sofridamente à advocacia no ramo de família, onde as questões se apresentavam menos como “causas” a patrocinar do que como “casos” a resolver — ensinou-me ela a ouvir, a buscar compreender, a tentar conciliar, a dialogar, enfim. Dialogarei, pois, sempre que necessário, e nenhum diálogo deixará de se iniciar ou chegará a morrer por culpa que me possa ser atribuída. Dentro dessa linha de pensamento, que entendo ser liberal, quero declarar que o Ministério, pelos seus diferentes órgãos e serviços e, eventualmente, dada a natureza e importância do assunto, pelo próprio ministro, estará sempre acessível aos estudantes, mesmo porque toda a organização educacional tem, como é evidente, como destinatários principais, os próprios estudantes. Serão eles recebidos individualmente ou — quando se tratar de diretórios, acadêmicos ou centrais, de estudantes — em nome de seus representados, já que tais órgãos têm, por lei e privativamente, direito a essa representação. É de se recordar a esse propósito que o problema da representatividade das entidades associativas estudantis situa-se na esfera do exato cumprimento da lei e não pode, como querem alguns, ser colocado em termos de boa ou de má-vontade do ministro de Estado.

Aliás, essa é a orientação que vem sendo seguida pelo Governo.

A outra vertente dos assuntos cuidada neste Ministério, a da Cultura, merecerá de minha parte toda a atenção, tanto maior quanto acabamos de perder a colaboração inestimável da figura invulgar que foi Aloisio Magalhães, e precisamos somar esforços para suprir-lhe a falta que sempre se fará sentir no setor. Mas o mundo cultural brasileiro é rico de valores, e dele me virá o socorro de que tanto necessita o Ministério para levar a bom termo as tarefas afetas à sua Secretaria de Cultura. Conto para isso, de maneira muito especial, com a cooperação que — tenho a certeza — me será prestada pelo Conselho Federal de Cultura, onde tomam assento tantos e tão respeitáveis representantes da nossa intelectualidade.

Agradeço, sr. Ministro Chefe da Casa Militar, as generosas palavras com que me saudou nesta cerimônia de transmissão de cargo. Possa eu, um dia, deixar este posto da forma como hoje o deixa Vossa Excelência: aplaudido pela obra que aqui realizou; respeitado pela forma como a soube realizar.